

## ENTREVISTA

### Tatiana de Souza Leite Garcia (Professora, Doutora, Universidade Anhembi Morumbi)

#### Sobre a entrevistada

Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, Especialista em Ecoturismo pela Universidade Federal de Lavras, Bacharel em Relações Internacionais e Licenciada em Geografia, com cursos complementares em temas ligados à Sustentabilidade, Gestão Ambiental, Educação e Ciência Política.

Experiências profissionais no setor privado (indústria química, agroindústria, comércio exterior e comercial), administração pública (transporte e logística) e acadêmico (ensino e gestão). Atuou como docente no ensino fundamental e médio com a disciplina de Geografia; e no ensino superior (presencial e EAD) nas graduações em Relações Internacionais, Turismo, Pedagogia, Geografia, Administração, Marketing, Secretariado.

Na pós-graduação (presencial e EAD) nas especializações lato sensu 'História, Cultura e Sociedade' e 'Gestão Estratégica de Pessoas'; e no MBA "Gestão de Sustentabilidade". Na gestão acadêmica/administrativa atuou como coordenadora da graduação em Relações Internacionais e Comércio Exterior na Universidade de Ribeirão Preto (2009 a 2014).

ORCID: 0000-0001-7582-0802

Lattes: 8865507190870901

E-mail: tatianaslgarcia@yahoo.com.br

#### 1. Por que a agenda ambiental se tornou tema relevante nas Relações Internacionais ?

**Tatiana de Souza Leite Garcia** – Ao longo da história, os grupos humanos desenvolveram diversas técnicas e tecnologias para atender suas demandas de sobrevivência, de reprodução e estilo de vida, que culminaram nas Revoluções Agrícola e Industriais.

A capacidade humana de explorar e transformar os recursos naturais propiciou uma série de benefícios às sociedades, os quais não foram e não estão disponíveis à todas as pessoas do mundo, e perdeu-se a percepção de que somos integrantes e dependentes do meio ambiente.

As ações humanas geraram intensos desequilíbrios aos ecossistemas naturais, justamente, por não respeitarmos o tempo de resiliência (recuperação) da natureza, a bioética e a finitude dos recursos, que suscitaram em diversos tipos de poluições, escassez e extinções, ao ponto de afetar negativamente as fronteiras naturais do planeta, culminando em catástrofes e crises socioambientais. Alguns teóricos descrevem que essas transformações humanas na Terra provocaram uma nova Era, o Antropoceno.

A Agenda Ambiental começou a ser negociada nas relações internacionais nos anos de 1960, decorrente de uma confluência de motivações, que foram:

1) As críticas sobre o insustentável modelo produtivista e consumista baseado no crescimento econômico pela modernização produtiva/tecnológica, sem preocupação com a conservação ambiental e promoção do bem-estar social para todas as nações e gerações;

2) Pesquisas científicas que denunciaram os impactos que os padrões de produção e consumo estavam causando na natureza, as quais tornaram-se marcos e obras clássicas, dentre elas pode-se citar os livros “*Silent Spring*” (1962) de Rachel Carson e “*The Tragedy of Commons*” (1968) de Garrett Hardin;

3) As pressões da sociedade civil organizada reivindicando direitos civis e proteção ao meio ambiente;

4) As catástrofes decorrentes de ações antrópicas (humanas) que geraram desequilíbrio nos ecossistemas e nas populações locais, como a intoxicação de mercúrio na baía de Minamata, no Japão, e a explosão da usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia;

5) E as crises do petróleo que colocaram os Estados industrializados em alerta, porque esse recurso não renovável era imprescindível para múltiplas finalidades em suas economias.

Diante desse conjunto de conjunturas, a Organização das Nações Unidas esteve à frente na preparação das primeiras conferências de escopo socioambiental, como a Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para o Uso Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera, realizada em 1968, e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (CNUMAH), em 1972.

Desde então, são 50 anos de avanços e limitações na construção da agenda e dos regimes internacionais especializados em temas socioambientais.

Entretanto, vale mencionar que as escolas de pensamento na área de Relações Internacionais não consideravam as questões socioambientais, e foi somente na década de 1990 que, gradativamente, começaram as primeiras pesquisas e publicações dedicadas a política internacional e meio ambiente.

## **2. Qual o papel do Brasil referente a agenda ambiental?**

**TSLG** – O Brasil tem papel altamente relevante na agenda ambiental regional e global, devido aos fatores natural, populacional e econômico. No que tange o fator natural, destaca-se a dimensão territorial do país, totalizando cerca de 8,5 milhões de km<sup>2</sup> e 23 mil km de fronteiras (terrestres e marítimas), onde estão disponíveis diversos recursos naturais, os quais são encontrados em biomas e ecossistemas associados, como a Amazônia e manguezais, nas grandes bacias hidrográficas e aquíferos, sendo que alguns transcendem as fronteiras políticas, como a bacia hidrográfica do Prata e o aquífero Guarani, solos férteis que associados às técnicas e tecnologias específicas possibilitam alta capacidade de produção de alimentos e diversas jazidas minerais.

Todos esses recursos naturais (biodiversidade, água, minérios etc.) são explorados para abastecer os mercados nacional e internacional. Um ponto a ser destacado diz respeito a matriz energética brasileira,

considerada entre as mais limpas e de menor impacto socioambiental do mundo, quando comparada com as matrizes de países do mesmo porte populacional e econômico e com as grandes potências industriais.

O contingente populacional e base econômica do Brasil também são aspectos que precisam ser observados, pois tocam diretamente na disponibilidade e utilização de recursos naturais. Se o Estado e todos os níveis de governo e poder, a sociedade e os setores produtivos no Brasil não se preocuparem em utilizar de forma sustentável os recursos da natureza, não afetaremos somente dentro do país, mas também as condições climáticas, hidrológicas e de serviços ecossistêmicos fundamentais para a dinâmica do planeta Terra e sobrevivência da humanidade.

A responsabilidade do Brasil é grande na agenda ambiental, e não podemos reproduzir o modelo de desenvolvimento esbanjador e exploratório do meio ambiente e do trabalho humano, que outros países fizeram no seu território e em outros lugares do mundo.

### **3. Como avaliar em grau/alcance/dimensão as questões ambientais para as grandes potências?**

**TSLG** – Historicamente, as grandes potências utilizam geoestrategicamente o discurso da preservação ambiental para justificar medidas de contenção ao crescimento econômico e populacional e promoção de bem-estar social nos países em desenvolvimento, os quais são, em sua maioria, os detentores de grandes reservas de riquezas naturais, como água, solos agricultáveis, biodiversidade etc.

Na contemporaneidade, as grandes potências têm ciência dos impactos negativos que seus sistemas produtivos econômicos e estilos de vida de suas sociedades provocaram e provocam ao meio ambiente, tanto nos territórios circunscritos de seu país, mas também naqueles outros territórios que foram explorados como colônias, neocolônias e países de baixo índice de desenvolvimento humano.

Graças a evolução da ciência, aumento da consciência das pessoas, maior visibilidade da agenda ambiental em múltiplas escalas geográficas, parte desses países potências e de algumas empresas e segmentos, começaram a investir em políticas públicas, financiamentos internacionais, sistemas produtivos, tecnologias e produtos de baixo impacto socioambiental. Mas ainda é a ponta do iceberg.

Sobretudo porque as grandes potências ainda não são capazes de manter seu *status quo* sem renunciar à forma e intensidade que exploram os recursos naturais e o trabalho humano, notadamente de locais que ainda se encontram em condições assimétricas de negociação e desenvolvimento.

A oferta de financiamento internacionais em projetos de cooperação internacional em prol da promoção de desenvolvimento sustentável, conservação ambiental e desenvolvimento de tecnologias de baixo impacto ambiental é a contrapartida que as potências oferecem diante do histórico supracitado e, também para controlar, mesmo que indiretamente, o desenvolvimento dos países megabiodiversos.

#### **4. Quais são os maiores desafios a curto, médio e longo prazo acerca da agenda ambiental?**

**TSLG** – O maior desafio para agenda ambiental é como promover bem-estar social (acesso à água, alimentação, energia, moradia, vestimentas, entre outros requisitos mínimos em quantidade e qualidade diários) para todas as gerações presentes e futuras, minimizando os impactos sobre a natureza e garantindo a reprodução das espécies que vivem nos ambientes terrestres e aquáticos, com equilíbrios climático e geomorfológico.

A mudança de comportamento das pessoas é peça-chave, para que as tomadas de decisão diante da agenda ambiental sejam factíveis e cumpridas; e para isso, chefes de Estados, diretores de empresas, consumidores, eleitores e políticos, instituições educacionais e de pesquisas, meios de comunicação, dentre outros atores, precisam assumir suas respectivas responsabilidades.

A curto prazo, pensando no mundo pós-pandemia de covid-19, o Brasil e mundo precisam refletir que não é mais possível manter essa dicotomia e rompimento da relação humano-natureza. Essa pandemia é a primeira de muitas outras que podem vir, se continuarmos nesse ritmo de exploração ambiental, poluições e desrespeito ao equilíbrio do sistema Terra.

**Entrevistadores:** José Renato Ferraz da Silveira e Cláudio Andrés Téllez Zepeda